

# Lucena contra os superpoderes. E Aluizio cita o exemplo de 46.

O único senador com mandato garantido até 1990, que voltou às urnas de novembro passado para legitimar sua condição de constituinte, Fábio Lucena (PMDB-AM), pisa na Assembléia com uma preocupação inicial: ser um dos guardiões da intocabilidade da Carta de 67.

"Qualquer mexida na Carta transforma a Assembléia numa convenção revolucionária, como ocorreu por ocasião da Revolução Francesa, com poderes para decidir sobre tudo e a respeito de tudo, a qualquer hora e na dependência das conveniências, interesses ou situações que a convenção entenda deva modificar", explica o senador.

Para Fábio Lucena, se a Assembléia conseguir poderes para alterar a Carta em vigor, a situação ficará bem pior do que quando o País conviveu, nos anos autoritários do regime militar, com duas ordens jurídicas: os atos institucionais e a Constituição: "Isso porque os atos de grande malignidade eram normas fixas e as pretendidas resoluções constitucionais pela Assembléia são imprevisíveis e superperigosas".

Lucena observa que a atual Assembléia é completamente diferente das três outras da era republicana. Em 1891, houve a queda do Império; em 34, aconteceu o precedente da revolução de 30 e da Revolução Constitucionalista de 32, em São Paulo; e, em 46, a queda do Estado Novo: "Agora, a situação é diferente. Não caiu o regime e, por isso, foi mantida a ordem constitucional à luz da qual se convocou a própria Assembléia".

Dá a necessidade de conviver com a Câmara, o Senado e o Congresso, sem prejuízo de sua soberania, para que não venha a tratar da legislação ordinária, cuidando apenas do trabalho constitucional. O senador assinala também que qualquer alteração na Carta em vigor só poderá ser feita desde que tenha apoio de um terço de deputados e senadores no momento de sua apresentação, e seja aprovada por dois terços de cada Casa do Congresso. (Leia também na página 6).

## Diferenças

O ministro da Administração, Aluizio Alves, que participou como deputado mais novo da elaboração da Carta de 1946, acha que, do ponto de vista partidário, a atual Assembléia Constituinte é bastante parecida com a de 46. "Na época, o PSD e o PTB constituíam a maioria sólida que sustentava o governo e a UDN era um grupo pequeno atuante e liberal que se preocupava em fazer uma Carta que pudesse reduzir os poderes do Executivo e fortalecer o Legislativo", lembrou o ministro. Destacou que hoje o governo tem a maioria no Congresso Constituinte representada pela Aliança Democrática que igualmente se preocupa em fortalecer o Legislativo e tenta reduzir a intervenção do Estado na economia e em setores onde é injustificável a sua presença.

Para Aluizio Alves, o PFL não tem maiores diferenças ideológicas com o PMDB, sendo um grupo de centro conservador, facilmente unidos pelos interesses do governo. O PMDB, por sua vez, por herdar diferenças ideológicas vindas dos segmentos comunistas que se abrigaram no partido à época do autoritarismo, precisa trabalhar para alcançar uma unidade imediata, acentuou o ministro. Para ele, este ajuste deve vir já para que haja coesão quando a Constituinte

for debater temas mais polêmicos como o sistema de governo — parlamentarista ou presidencialista —, a política econômica e a duração do mandato do presidente da República.

Em 1946, lembrou Alves, o Poder Legislativo ordinário ficou com o presidente da República que baixava decretos-leis, posteriormente convalidados no último dia da Assembléia Nacional Constituinte. O que falta neste momento para que a Assembléia acerte o passo, segundo o ministro, é um amplo trabalho de identificação das tendências dos constituintes e uma coordenação ampla e permanente dessas posições e compromissos. Os partidos do governo, de acordo com Alves, devem fazer este trabalho estreitamente ligados com o governo e através de um projeto político comum.

Na Constituinte de 1946, conforme conta o ministro, por ser exclusiva, o Congresso não teve dificuldades em abrigar os parlamentares. No total, eram 278, quase a metade dos constituintes de hoje, e apenas os líderes de partidos, três ao todo, tinham direito a gabinetes no Congresso. As dificuldades com moradia não foram verificadas em 1946, tampouco houve problemas com as mulheres: Carlota Queiroz, da UDN, a única mulher constituinte, não precisou reclamar da falta de banheiro.

A Agência Valetur da Faria Lima comunica  
a todos os seus clientes e amigos o seu novo telefone,  
a partir do dia 10/02/87:

# 815 - 8744



Valetur - Vale do Rio Quente Turismo S/A.  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1575 - Loja 6B  
Ed. Call Center II - Cep 01451 - Telex: (011)25188  
EMBRATUR - 00799-03-41-6 ABAV 780